

**De Adolfo Coelho a Fernando
Pessoa: Da Decadência ao
Super-Camões. Nos pólos da
identidade portuguesa**

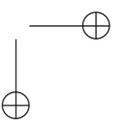
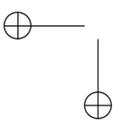
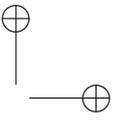
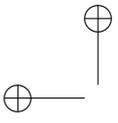


António dos Santos Pereira

CLEPUL

2012

www.lusosofia.net





LUSO Sofia:press

Lisboa, 2012

FICHA TÉCNICA

Título: *De Adolfo Coelho a Fernando Pessoa: Da Decadência ao Super-Camões. Nos pólos da identidade portuguesa*

Autor: António dos Santos Pereira

Colecção: Artigos LUSOFONIAS

Design da Capa: António Rodrigues Tomé

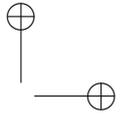
Composição & Paginação: Luís da Cunha Pinheiro

Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Lisboa, fevereiro de 2012

ISBN – 978-989-97458-7-2





De Adolfo Coelho a Fernando Pessoa: Da Decadência ao Super-Camões. Nos pólos da identidade portuguesa

António dos Santos Pereira
Universidade da Beira Interior

A

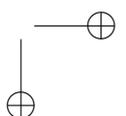
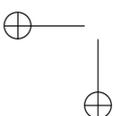
Alexandre Herculano, no centenário do nascimento,
o contributo que lhe devo.

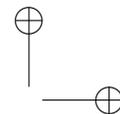
Resumo:

Génios portugueses à procura do génio português, assim podemos caracterizar uma geração de jovens que despontou na década de setenta do século XIX e foi dando lugar a uma outra que se afirmará na segunda década do século XX. Além, pontificou Antero de Quental (1842-1891) e aqui, Fernando Pessoa (1888-1935). Todavia, não podemos esquecer os nomes daqueles que, em trabalho ingente, fizeram o trânsito entre uma e outra geração. Adolfo Coelho (1847-1919) conta-se entre os mais exemplares.

Palavras-chave:

Adolfo Coelho; Geração de Setenta; Identidade; Decadência; Escol.





A nuvem de palavras que se forme a partir de um *corpus* razoavelmente elaborado sobre a identidade, individual ou colectiva, nos últimos duzentos anos, incluirá os nomes de teóricos da matéria como Paul Ricoeur (1913-2005)¹, Lévinas (1906-1995), Fernando Gil (1937-2006) Eduardo Lourenço (1923-), Onésimo Teotónio de Almeida (1946-) e André Barata, e os conceitos antropológicos e filosóficos a que chegaram: mesmidade², ipseidade³, alteridade⁴, diferença ou singularidade⁵, etnicidade, memória, cultura, mito, desenvolvimento etc. Em simultâneo, observar-se-á que muito do aparelho conceptual utilizado oscilará entre o plano individual e o nacional em que particularmente o mundo operativo da psicologia dinâmica se metaforiza: Portugal ganha ou perde, teme ou avança, catalisa ou fomenta relações. Não questionaremos quem quiser fazer uma hermenêutica da portugalidade a partir de tais conceitos operativos. Menos ainda dos arrancados ao aparato literário. Aqui, predominam ora o pântano, ora as águas vivas, a escuridão e a luz,

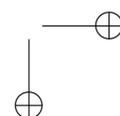
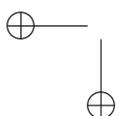
¹ Paul Ricoeur deixou-nos uma extensa produção bibliográfica decisiva para os estudos filosóficos e teológicos nos finais do século XX. Para esta área da identidade, parecem-nos importantes: *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, Paris, Seuil, 2000; *Soi-même comme un autre*, Paris, Seuil, 1990; *Temps et récit*, Paris, Seuil, 1983-1985; *Être, essence et substance chez Platon et Aristote*, Paris, Société d'Édition d'Enseignement Supérieur, 1982 e *Les Cultures et le temps: études préparées pour l'Unesco*, Paris, Presses de l'Unesco, 1975.

² Mesmidade é a permanência e imutabilidade do ser ao longo do tempo, a intimidade indescritível, infinito discreto, algo contido em si mesmo, de acordo com Paul Ricoeur, muito difícil de aplicar às nações mesmo nas mais ousadas analogias.

³ Ipeidade é a identidade narrada, a dimensão moral, a esfera onde a identidade própria se define na relação com o outro ou o si mesmo como um outro.

⁴ Alteridade, percebida na definição de ipseidade, é a capacidade de interpretar o outro.

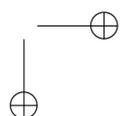
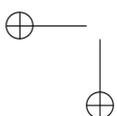
⁵ Cf. André Barata, *Individualidade e singularidade nas correlações mente/corpo*, on-line em monografias.com e lido em 8 de Setembro de 2010.





a lama e a alma. Com efeito, não há tema que mais aparato literário tenha fornecido aos pensadores portugueses do que este da identidade que também nos move como historiadores e filósofos, literatos e artistas de vária sorte. O tema permite dizer tudo e, portanto, a sua abordagem estritamente científica é extraordinariamente difícil para não dizer impossível. A ordem, a causalidade e a demonstração, a racionalidade, a subjectividade e a objectividade, ou seja a epistemologia da prova que, de acordo com Fernando Gil, constitui o cerne do discurso científico, falha quando se trazem à colação os textos sobre a identidade nacional da autoria dos intelectuais mais conceituados. As identidades nascem na acumulação histórica e esta, sendo observável nos resultados, na disformidade do acontecido, põe em movimento particularmente a esfera dos sentimentos e deixa por explicar o encadeado das causas, o mais natural objecto da razão.

Como em toda a parte, os períodos de crise ou de tomada de consciência de processos mais céleres de transformação económica, social, política e cultural têm despertado uma maior atenção a todas as problemáticas identitárias. Em Portugal, citam-se como paradigmáticos: a crise de 1383-1385 e a subida ao trono de D. João I, uma espécie de rei-eleito, resultado das negociações entre vários interesses, símbolo de um Portugal burguês, de pendur litoral emergente, com o horizonte de África e a conquista de Ceuta, como primeiro episódio de afirmação; a falência financeira do projecto Índico e a subida ao trono de D. Sebastião, com o horizonte de África reincidente, a frustração de Alcácer-Quibir e o desenvolvimento do messianismo sebástico; a construção do Brasil e a Restauração, afirmação de um Portugal novo e grande; a Independência do Brasil e a Revolução Liberal, o regresso a um traumático portugal-anão; a proposta elitista, federalista, iberista e a sua rejeição, numa península de várias nações reduzidas ao seu espaço original; a frustração financeira do Estado Liberal e a incapacidade de criar cidadãos mais cultos, letrados e empenha-



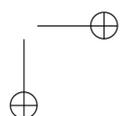
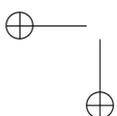
dos no bem comum pela via reformista; a Revolução Republicana, com a retoma do horizonte de África e o apelo às virtudes, que, afinal, se encontram em poucos; a frustração salazarista, de um Portugal orgulhosamente só, a emigração e a permissão de uma estúpida guerra colonial africana e, finalmente, o pós-Abril, da retoma da portugalidade na integração europeia, que também afirma, como factor estratégico ou de especificidade, as relações privilegiadas com o Brasil, Angola e outros povos de Língua Oficial Portuguesa. Fora do despertar do tema da identidade portuguesa, têm ficado problemas candentes em outros países: a língua e a religião, a raça, a ruralidade, a indústria e a urbanização. Nestes mesmos períodos de crise, a tomada de consciência e os trabalhos de análise tornam-se por si factores de consolidação da identidade nacional. Com efeito, parece que esta se manifesta particularmente através da esfera cultural e artística cuja importância económica é cada vez maior, devendo os governos, as entidades financiadoras e todos os agentes em geral perceber que a mesma não merece ser tratada como subsídio-dependente, mas espaço privilegiado de investimento com o mais natural retorno⁶. Desde Almeida Garrett (1799-1854) e Alexandre Herculano (1810-1877) e dos trabalhos maciços de Adolfo Coelho, Teófilo Braga (1843-1924), José Leite de Vasconcelos (1858-1941), percebeu-se que a substância do povo era a cultura do mesmo. Com efeito, embora Almeida Garrett e Alexandre Herculano tenham assente que a substância de um povo era a sua cultura, popular ou erudita, antropológica ou histórica e procedido ao seu levantamento e à sua institucionalização de forma sistemática e clássica, o tema ganhou modernidade há cerca de século e meio desde que a Geração de Setenta demonstrou uma maior necessidade de ajustar o país ao desenvolvimento

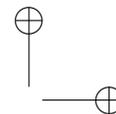
⁶ Cf. a propósito Ignacy Sachs, “Desenvolvimento e Cultura. Desenvolvimento da Cultura. Cultura do Desenvolvimento”, estudo preparado para o PNUD no Brasil com a colaboração de Ana Letícia Fialho, *o&s*, v. 12, n.º 33, Abril/Junho de 2005, pp. 151-165, *on-line*.



económico e social manifesto na Europa do Noroeste e trouxe para o espaço público o hábito de questionar, pensar e repensar Portugal, a maioria dos seus membros crente na filosófica sentença de Hegel de que só o que é pensado existe. Não retomo aqui as figuras de proa daquela geração, Antero de Quental, Eça de Queirós (1845-1900), Oliveira Martins (1845-1894), Ramalho Ortigão (1836-1915), Teófilo Braga, antes insisto em Adolfo Coelho, por este ter atravessado a República de forma activa, embora sempre longe dos compromissos políticos de que aliás desconfiava. Observaremos a sua posição sobre a Teoria da Decadência, a que a maioria daqueles aderiu, e a Teoria do Escol, que este descobriu, decerto, no positivismo Comteano⁷, e a que voltou, já no fim da vida, sem perceber, agora, que as consequências da sua adopção eram as mesmas do tradicional sebastianismo. Um reparo também não deixa de se impor: a falta de virtudes e o estado social negativo do país derivavam da confirmação pela leitura, em alguns casos, pela observação directa, que os membros daquela geração faziam, de um superior grau ético na generalidade da frente civilizacional europeia. Não ficaremos por aí e tentaremos demonstrar que, apesar do notório pessimismo, manifesto nas opiniões recorrentes, que todos deram da situação lusa, tanto aqueles, como este, procuraram remédios imediatos para uma alteração no bom sentido. A nossa opção por Adolfo Coelho justifica-se ainda pelo conjunto de novidades que importou para o espaço público português: a Literatura

⁷ Augusto Comte (1798-1857) dava preferência política à república ditatorial, recusava o sufrágio universal e aceitava o lema que só um pequeno número de indivíduos, que formava um escol, podia ascender à vida intelectual. Contrariamente aos economistas liberais, crentes numa ordem natural que se estabelecia mecanicamente, Comte mantinha que o poder, em toda as esferas, devia ser exercido pelas elites: o poder espiritual, pelos sábios, designadamente pelos sociólogos; o económico, pelos empresários, particularmente pelos banqueiros. Cf. a nossa obra: *Portugal Descoberto*, vol. II: *Cultura Contemporânea e Pós-Moderna*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2008, p. 119.





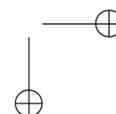
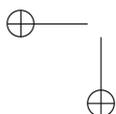
Comparada, a Glotologia e a Instrução, desde os jardins infantis aos cursos superiores, temáticas todas de ascendência alemã.

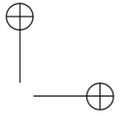
Adolfo Coelho face às teorias da Decadência e do Escol

Com Adolfo Coelho, em deslumbrado germanismo, a auto-estima portuguesa desce ao mais baixo nível. O artigo, que fez publicar em 1870, *A Ciência Alemã e a Ignorância Portuguesa*, embora noutra âmbito, inspirado em Hübner (1834-1901), filólogo da sua geração, que quis imitar⁸, confirmava entre nós, o que Alexander von Humboldt (1769-1859) já tinha defendido na geração anterior de forma gravosa: a componente científica dos descobrimentos devia-se a sábios alemães. Nada restava, portanto, das glórias lusas. Se os outros membros da Geração de Setenta tinham questionado apenas o Portugal posterior a D. João III, agora atingia-se o mais reivindicado tesouro nacional, a glória das descobertas, e assim se concluía que Portugal e a Península jamais teriam produzido qualquer génio em qualquer arte, ciência ou saber.

Por definição, o momento histórico é irrepetível. Todavia, nas terras lusas, parece haver apenas um paradoxal *continuum*/sempre, sem movimento, alteração ou mudança, portanto, anti-histórico e, decerto, do domínio do mito. Nesta parte, concordamos com a figura tutelar que elegemos, Machado Pires (1942-): “Os portugueses gostam de mitos, não os enterram, glosam-nos, desenvolvem-

⁸ Emil Hübner tinha deslumbrado Adolfo Coelho com a obra: *Inscriptiones Hispaniae Latinae*, Berlin, Reimer, 1869.





-nos”⁹. O mito faz parte da substância portuguesa, eis uma sentença identitária. Ouçamos o que dizia Adolfo Coelho em 1896 no contexto da preparação do programa de comemorações do quarto centenário da Viagem de Vasco da Gama à Índia (1497/1498) e perguntemo-nos quantas vezes já ouvimos as mesmas palavras:

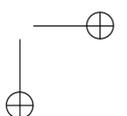
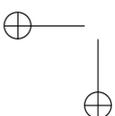
“No momento histórico actual da nossa nacionalidade, achamo-nos numa alternativa que não pode prolongar-se muito tempo: ou continuamos a aceitar o sistema de governação espoliativa que levou o país ao fundo abismo em que se acha para favorecer indivíduos ou tratamos de elevar pela educação o povo à noção da vida colectiva dos interesses gerais e ideais de salvar para uma vida histórica um povo que mostrou, pelos factos que vamos comemorar em 1897, ser digno de ocupar lugar proeminente no convívio das nações (...)”¹⁰.

Este *continuum*/sempre fica ainda mais bem provado com a teoria do pântano, que faríamos corresponder à da decadência, que não pode ser atribuída ao nosso doutorado *honoris causa*, António Guterres (1949-), pois descobrimo-la bem documentada na *Correspondência* daquele membro da Geração de Setenta para o elvense António Tomás Pires (1850-1913), a propósito dos gastos com a dita exposição:

“O governo que gasta rios de dinheiro inúteis para o Estado está encolhendo as unhas para as festas do centenário, que

⁹ João Paulo Pereira da Silva, “Entrevista a António Machado Pires”, *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, n.º 3, 2005, <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo10791.pdf>.

¹⁰ F. Adolfo Coelho, *Centenário do Descobrimento da Índia. Exposição Ethnographica Portuguesa. Portugal e Ilhas Adjacentes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, p. 9.





não lhe agradam: a placidez do pântano nacional é que lhe convém para melhor pescar”¹¹.

Em simultâneo, justificava o seu trabalho, o de outros e também o nosso, aqui, ao afirmar:

“Estudar o povo é já elevá-lo, é preparar o caminho para acudir às suas necessidades morais, intelectuais, técnicas e económicas”¹².

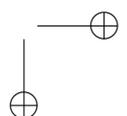
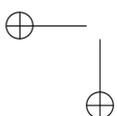
Este pedagogo achava importante para definir a identidade portuguesa um conjunto de estudos, então, todos muito interessantes sobre:

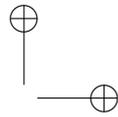
1. O aspecto físico;
2. A alimentação das classes populares;
3. A habitação e o mobiliário;
4. O vestuário das classes populares;
5. Os meios de transporte;
6. As belas-artes;
7. A poesia popular, os contos, as superstições, os jogos, e as festas;
8. O temperamento, o tipo moral e o carácter do nosso povo.

Ficamos sem saber a que “boas qualidades nativas do nosso povo” se referia, naquela data. Até hoje, ainda não confirmamos que lhe apontasse algumas, porém, esclarecia sobre os seus defeitos. O maior era um certo indiferentismo por tudo o que tivesse

¹¹ Eurico Gama (pref. e notas), *Cartas de Adolfo Coelho a António Tomás Pires: (1882-1904)*, Coimbra, 1969, p. 54, carta 46 datada de 12 de Julho de 1896, <http://books.google.pt/books>.

¹² F. Adolfo Coelho, *Centenário do Descobrimento da Índia. Exposição Ethnographica Portuguesa. Portugal e Ilhas Adjacentes, op. cit.*, 1896, p. 10.

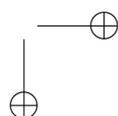
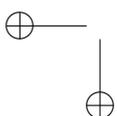




uma dimensão colectiva e acrescentava em síntese: falta de fé; incapacidade de decisão, ignorância dos deveres e direitos, ausência de empenho político e falta de sentimento patriótico. Confirmava, em síntese, o que tinha escrito em texto mais extenso, havia meia dúzia de anos, sobre o carácter português:

“Falta de iniciativa; espírito quase constante de hesitação que não exclui alguns raros impulsos enérgicos no começo, mas seguidos em breve de abandono da empresa começada; incapacidade progressiva para o trabalho e sobretudo para o trabalho intelectual persistente, a que se liga muitas vezes a consciência de inaptidão; pusilanimidade na vida pública manifestando-se principalmente na incapacidade de ter opinião independente ou, ao contrário, afirmação exagerada de ideias revolucionárias de que se está longe de conhecer os fundamentos; grande pressa em chegar às posições mais elevadas a que se pode aspirar, – como que se receia (para empregar a frase vulgar) que o mundo fuja; predomínio dos sentimentos egoístas sobre os colectivistas; falta de espírito de generalidade; espírito excessivo de imitação; insânia moral frequente, manifestando-se em formas múltiplas; pessimismo, hipocondria e fatalismo social – o primeiro levando a nação a considerar-se irremediavelmente perdida, o segundo fazendo-a considerar-se a sua sorte como dependente de condições fora da sua vontade; alternando com esse pessimismo e a desconfiança de todos e de tudo a que ele leva, confiança momentânea que faz aceitar como salvador o primeiro charlatão ou a primeira nulidade que se impõe com a brutalidade dos factos. Como resultado da falta geral de iniciativa, de individualidade, retrocesso aos instintos gregários das sociedades animais, revelado na sujeição servil aos chefes que se impõem por um pouco de audácia e na convicção que se ouve exprimir tantas vezes de que só um despotismo pode salvar a nação”¹³.

¹³ Adolfo Coelho, “Esboço de um programa para o estudo antropológico,



Com a última frase, atingia o nível do profetismo e não podemos deixar de concordar com a maioria das informações que ele manteria durante décadas. As mazelas, que observava, em 1890, continuam reflectidas, em 1917, no *Boletim Oficial do Ministério da Instrução Pública*: melancolia pessimista, fatalismo deprimente, passividade da nação, má-fé da classe política dirigente.

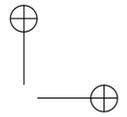
No entanto, a estagnação social, técnica, cultural, subjacente a tais reparos, era consagrada no ideário que defendia para a exposição a realizar em 1898 no âmbito das referidas comemorações, propondo como ornamento superior dos materiais de identidade, sobretudo, os tipos humanos, as formas de vestir, as diferentes habitações, as alfaias e as indústrias dos meios rurais e tradicionais e os paraísos desprezados, e excluía-se: “os materiais e produtos de introdução ou imitação recente, todos os tipos modernos de construção, de vestuário de ferramentas e maquinismos”¹⁴. Sob tal lema, Adolfo Coelho fornecerá o esquema de um levantamento exaustivo da civilização rural e piscatória portuguesa, tendo-se baseado para tal nos elementos de que dispunha, recorrendo ainda a Ferreira Lapa (1823-1892) e a Baldaque da Silva (1852-1915).

Assim, o fundador da Linguística em Portugal propunha uma representação clássica do país ainda hoje aconselhável na elaboração de monografias, que nós seguimos na execução demorada do nosso trabalho sobre a Ilha de S. Jorge nos idos anos oitenta do século passado¹⁵ e uma orientanda nossa retomou para Carviçais,

patológico e demográfico do povo português, in João da Silva Correia, *O Doutor Adolfo Coelho e o seu labor pedagógico*, Lisboa, Cooperativa Tipográfica da Escola Normal Superior da Universidade de Lisboa, 1920, p. 34, <http://www.archive.org/stream/odoutoradolfocoe00corr#page/n7/mode/2up>.

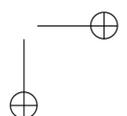
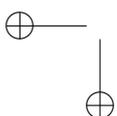
¹⁴ F. Adolfo Coelho, *Centenário do Descobrimento da Índia. Exposição Ethnographica Portuguesa. Portugal e Ilhas Adjacentes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, p. 11.

¹⁵ Cf. António dos Santos Pereira, *A Ilha de S. Jorge (Séculos XV-XVII). Contribuição para o seu Estudo*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, 1987, p. 626.



excluídos alguns aspectos fora de moda e procedendo a pequenas actualizações:

1. A terra (a constituição geológica dos solo; a riqueza mineralógica; a geografia física; a meteorologia; a flora; a fauna);
2. O homem (os caracteres somáticos e psíquicos);
3. A história (as origens étnicas: migrações, invasões etc.; as influências externas, sem mistura étnica; os factos históricos reveladores do carácter do povo ou que sobre ele actuaram);
4. A vida hodierna na expressão prática (as formas individuais: a alimentação, a habitação, o vestuário, as armas, o trabalho, os seus processos e produtos; as formas individuais-sociais: a organização económica do trabalho, o comércio, as associações, as companhias, as confrarias, a linguagem, os gestos, a escrita, o decoro, o porte pessoal, as formas de polidez e de respeito, o jogo; as formas sociais: a família, os laços da sociedade, o sentimento da comunidade nacional e política; as formas humanas: o sentimentos de humanidade em geral, a amizade, a hospitalidade, a beneficência, as relações internacionais);
5. A vida hodierna na expressão estética (a dança, a música, a literatura, o desenho, a pintura, a arquitectura e as outras artes);
6. A vida hodierna na expressão religiosa (as crenças no sobrenatural, em geral: os vestígios de crenças míticas; a crença nos espíritos, em aparições e superstições diversas; os conceitos de Deus, anjos e santos; o diabo na crença popular e o inferno; as orações, as oferendas e as festas religiosas; os objectos materiais empregados no culto);
7. A vida hodierna na expressão especulativa (as fontes: a observação, a experiência, a conversação, a tradição, a reflexão; o objecto: a natureza, o homem e as causas últimas).

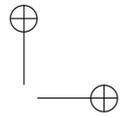


Pela correspondência trocada por Adolfo Coelho, com o citado elvense, António Tomás Pires, conhecemos, actualmente, toda a estratégia desenvolvida nos bastidores da preparação desta exposição e as figuras decisivas na mesma¹⁶. Destas, a mais relevante foi Luciano Cordeiro (1844-1900). Contrariamente a este, Adolfo Coelho percebia que a adesão popular não se faria sem dinheiro e era preciso adquirir todos os materiais da exposição. Em Portugal, não aconteceria o mesmo que Luciano Cordeiro vira na Suíça com a adesão popular que gratuitamente fornecia os elementos etnográficos para as suas exposições. Como Adolfo Coelho temia, a componente etnográfica da exposição foi um autêntico fracasso. No entanto, do seu trabalho intelectual, saíram duas colaborações na revista *Portugália. Materiaes para o Estudo do Povo Portuguez – Pola Grey* (1899-1908), intituladas: uma, *A Pedagogia do Povo Português* e outra, *Alfaia Agrícola Portuguesa*. Nesta última colaboração, informava sobre aquela Exposição e o seu insucesso no que concerniu à Etnografia:

“No programa das festas do centenário da viagem de Vasco da Gama de Lisboa a Calecut, festas celebradas em Lisboa em Maio de 1898, havia indicadas exposições de etnografia portuguesa, de pescarias nacionais, de agricultura e pecuária, as duas últimas das quais deviam compreender um parte etnográfica. Nenhuma dessas exposições se realizou, convergindo as atenções da comissão executiva do centenário para a construção de um aquário que parece ter um destino tão infeliz como o Jardim Zoológico de Lisboa e duma Feira Franca que nada deu, apesar do que se anunciou para o estudo da vida do povo português...”¹⁷.

¹⁶ Eurico Gama (pref. e notas), *Cartas de Adolfo Coelho a António Tomás Pires: (1882-1904)*, Coimbra, 1969, <http://books.google.pt/books>.

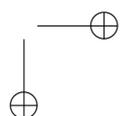
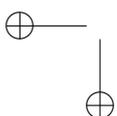
¹⁷ Adolfo Coelho, “Alfaia Agrícola Portuguesa” separata de *Portugália. Materiaes para o Estudo do Povo Portuguez – Pola Grey*, Porto, Imprensa Moderna, 1900, p. 398.



Obviamente, o intelectual enganou-se quanto ao insucesso do Aquário Vasco da Gama e do Jardim Zoológico. Também nos fica manifesta a capacidade de instrumentalização da história pelas altas esferas do Estado na promoção dos seus objectivos imediatos. A concretização do Aquário Vasco da Gama não deixava de ser uma das últimas realizações da Corte Portuguesa. Com manifesta adesão popular, as mais recentes grandes exposições portuguesas retomaram os motivos marítimos e até a marinheira Inglaterra, nesta parte, imitou o aliado Portugal, um século depois, com o Aquarium que instalou nas margens do Tamisa em Londres. Fica também provado que o investigador de qualquer área deve ter um espírito aberto e que o mundo não se esgota na sua ciência, quase sempre demasiado complexa para o seu percebimento para além de um círculo muito restrito

Não deixa de ser curioso o caminho feito por Adolfo Coelho, desde a percepção da identidade portuguesa pela cultura popular, até à teoria do escol, como manifestação superior de um povo. O linguista, professor do Curso Superior de Letras e responsável por uma das escolas primárias superiores, género de escola profissional, a Rodrigues Sampaio, também esquecia, no entanto, o que podemos hoje classificar de indícios da modernidade contemporânea portuguesa e que se manifestaram logo no princípio do ano de 1897, quando se formou, na cidade do Porto, a União dos Industriais do Norte do País¹⁸, e na véspera do lançamento de um dos maiores projectos industriais de sempre no espaço português, a CUF, que viria a transformar definitivamente as margens rurais do Baixo-Tejo. Não considerava também a dimensão internacional ou seja o relacionamento de Portugal no seio das nações. Notemos que, de novo, se afirmava, o mar como o factor de identidade portuguesa. Fora de Portugal, a comunidade emigrante no Rio Janeiro,

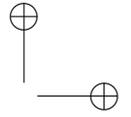
¹⁸ Cf. Jorge Fernandes Alves, “Interesses Industriais e clivagens associativas. A União dos Industriais do Norte (1890-1900)”, <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2175.pdf>.



formava, em 1898, o Clube de Regatas Vasco da Gama. A afirmação portuguesa no seio das nações, depois do Ultimato de 1890, teve o seu principal episódio em 1897/1898 com a comemoração dos quatrocentos anos da viagem de Vasco da Gama à Índia e o desenvolvimento de relações diplomáticas e outras com um conjunto de países à escala planetária. Com um particular significado pode-se entender a visita que o Rei do Sião, Chulalongkorn, fez a Portugal em 21 de Outubro de 1897. Em 1899, as relações com a Inglaterra normalizavam, renovando-se o Tratado de Windsor, então com quinhentos anos, reagindo à voragem que os dirigentes alemães começavam a manifestar. Adolfo Coelho, empenhado na observação das manifestações positivas mais genuínas do povo, não percebia o clima conspirativo que algumas elites sempre desenvolveram. Por exemplo, em Portugal, durante 1897, constituía-se a Carbonária, que teria um papel determinante na afirmação da República.

Ao esforçar-se por compreender Portugal, em programa demasiado ambicioso, Adolfo Coelho caía na erudita incompreensão de que o acusa Pessoa, uma geração mais tarde, por não ter percebido que o movimento da Nova Renascença anunciava a vinda de um Super-Camões, um génio ao nível de Dante e Shakespeare, feita a síntese entre a alma renascentista e a natureza romântica, na harmonia alma-natureza da nova poesia lusíada¹⁹. Nós cremos muito na abissal diferença entre estes dois seres que agora se opõem: um, com demasiada estrada feita e método diferente de aproximação à realidade, que, mais do que à alma, sujeitava à estatística, ao tratamento sistemático positivista, à classificação; outro, na fase das grandes ideias, que reduzem ao nada toda realidade material. Paradoxalmente, o nada de Pessoa é o tudo e o tudo de Coelho é o nada. É que este assentava todo o seu trabalho na ideia da decadência do Povo Português e Pessoa olhava apenas o Futuro a Haver,

¹⁹ Fernando Pessoa, “Uma Réplia ao Snr. Dr. Adolfo Coelho”, <http://arquivopessoa.net/textos/3105>.



de que o passado de glória era a chave. A visão do enfermo Portugal de Adolfo Coelho era comum ao seu contemporâneo Rocha Peixoto, sobretudo no ensaio pioneiro deste: *O Cruel e Triste Fado* (1897)²⁰. O ideário Pessoaano era o mesmo de um largo grupo, o da Renascença Portuguesa e não só. Porém, com alguma distância, em 1917, as ideias de Adolfo Coelho aproximam-se das dos homens da Renascença, ao propor a teoria do escol intelectual salvador:

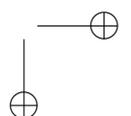
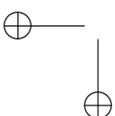
“Os povos a que falece a educação histórica, em que não há um núcleo de homens que se consagrem à reflexão dos problemas mais desinteressados do pensamento e que impulsionem os espíritos inferiores, fazendo infiltrar até eles alguma coisa das ideias que os agitam, tais povos reduzem-se à condição de simples agregados, em que o nexó moral se perde, e caem num atavismo social muitas vezes insanável. Falta-lhes a unidade da consciência colectiva que só dá o conhecimento do passado; falta-lhes o fito no futuro que só pode dar a filosofia”²¹.

Com a Geração de Setenta e a vigência de um assumido ateísmo por alguns, a dessacralização da história portuguesa tinha sido substanciada. As teorias que se construirão a partir da História, como o providencialismo português²², assumem um certo positivismo, mesmo materialismo, ou quando muito a definitiva crença na acção do homem isolado ou em grupo. Não podemos atribuir a teoria da decadência, nem a do escol, a Adolfo Coelho. Quanto

²⁰ Cf. Rocha Peixoto, “Cruel e triste fado”, com introdução de João Leal, *Etnográfica*, vol. I (2), 1997, pp. 331-336, on-line http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_01/N2/Vol_i_N2_10rochapeixoto.pdf.

²¹ Cf. João da Silva Correia, *O Doutor Adolfo Coelho e o seu labor pedagógico*, Cooperativa Tipográfica da Escola Normal Superior da Universidade de Lisboa, 1920, p. 35.

²² Cf. <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/matos.rtf>.

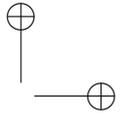
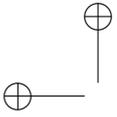


àquela, ele partilha as responsabilidades com quase todos os membros da Geração de Setenta e a esta, com alguns elementos republicanos dos primórdios da vigência do regime entre nós. Em 1912, já Boavida Portugal perguntava se “os novos escritores iniciarão (...) a ressurreição da vida Nacional”. As respostas foram as mais diversas para não dizer disparatadas, dada a relevância que alguns nomes conservam no panorama cultural português. Teixeira de Pascoaes sintetizava então o espírito lusitano (identificado a português) no saudosismo²³ e procurava demonstrar na história a dialéctica da sua manifestação²⁴.

A teoria da decadência foi particularmente desenvolvida por Antero de Quental e Oliveira Martins, estudada em profundidade por Machado Pires e encontra suporte filosófico em Hegel, porém não se aplica obviamente a todo o percurso histórico de Portugal e não a podemos classificar como teoria de identidade. A Teoria do Escol, sim, é uma teoria de identidade e foi possível estendê-la aos principais períodos da história portuguesa e particularmente aos mais importantes: formação, descobrimentos, restauração, afirmação das instituições liberais, industrialização. Deixamos de fora aspectos conjunturais que, no século XIX, se consideravam factores relevantes de identidade, raça, língua, território, ideia de missão, que dividiram artificialmente alguns dos principais intelectuais de diferentes gerações: Adolfo Coelho, Teófilo Braga e Oliveira Mar-

²³ Teixeira de Pascoaes proferiu conferência, em 1912, posteriormente publicada em opúsculo com o título *O Espírito Lusitano ou o Saudosismo*, Porto, 1912. Cf. Pinharanda Gomes (comp., intr., fixação do texto e notas de), *Teixeira de Pascoaes. A Saudade e o Saudosismo (dispersos e opúsculos)*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1988, pp. 43-58.

²⁴ Três períodos na História Portuguesa; dois deles, cumpridos, o instintivo e activo (também denominado épico) terminado com Camões, e o consciente e contemplativo, faltando cumprir o consciente e activo. Teixeira de Pascoaes, “Renascença (O Espírito da nossa Raça)”, in *A Águia*, vol. I, 2.^a série (Fevereiro de 1912), pp. 33-34 e Pinharanda Gomes (comp., intr., fixação do texto e notas de), *Teixeira de Pascoaes. A Saudade e o Saudosismo (dispersos e opúsculos, op. cit.)*, p. 40.

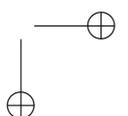
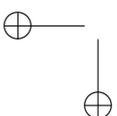


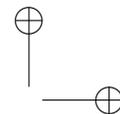
tins, face a Alexandre Herculano. Curiosamente, contrariando este e reafirmando a continuidade étnica e até linguística entre Lusitanos e Portugueses, os defensores desta concederão muita importância à vontade das elites na formação de um país, regressando ao voluntarismo de Herculano e suportando as suas teses filosoficamente em Kant. A Teoria do Escol pode perceber-se mesmo como resposta necessária a uma fatalidade histórica. Toda a história portuguesa é percebida como decadente por a massa genérica do povo português ser de baixa condição, em vários níveis, mas há exceções e são estas que formam as elites. Capciosamente, alguns dizem que as mesmas são exógenas: Afonso Henriques (ascendência francesa), ínclita geração dos filhos de Lencastre (ascendência inglesa), particularmente o Infante D. Henrique, D. Fernando de Coburgo (ascendência alemã). Há quem insista num Camões galego e até Pessoa colhe as raízes fora do país. No fundo, esta teoria concede apenas a algumas figuras a condução dos destinos da nação, em poucos momentos, embora os mesmos defensores desta teoria se incluam, paradoxalmente, naquela distinta elite.

Concluindo

Tal como outros membros da Geração de Setenta, também Adolfo Coelho se pode considerar um fundador, obviamente, em Portugal, da Linguística, com o seu trabalho, *A Lingua Portuguesa. Phonologia, Etymologia, Morphologia e Syntaxe* (1868), porventura, em estratégia da repartição de áreas científicas, em que, por exemplo, a Teófilo, cabiam as Ciências Literárias e a Sociologia, e a Quental, a Filosofia Social ou Economia. Francisco Adolfo Coelho teve

www.lusosofia.net

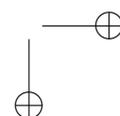
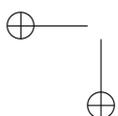




um relacionamento intenso com os intelectuais do ambiente cultural português, tanto mais velhos, como mais novos do que ele. Destacamos aqueles com quem se correspondeu: particularmente António Tomás Pires e José Leite de Vasconcelos²⁵. Com todos, quis perceber a especificidade portuguesa em plasma cultural original, de expressão linguística e narrativa. Em vez de começar pelas manifestações da dita alta cultura, preferiu as mais ingénuas, mas não menos complexas, lendas, contos populares, jogos infantis, ditados, provérbios, anexins, assim como procedeu a recolhas de linguagem popular e de realizações dialectais.

Embora a opção pela expressão positiva da cultura pudesse gerar expectativas nos seus cultores de uma rápida adesão popular, a expressão massiva da mesma e a necessária introdução da sua explicação tornaram-na de tão difícil acesso como a expressão especulativa ou metafísica que aqueles tinham rejeitado quando partiram para a acção. Valeu, no entanto, o enriquecimento da esfera da cultura com novos materiais, a aproximação ao que de melhor se fazia no estrangeiro e o desenvolvimento de uma nova capacidade de identificar os objectos culturais e de elaborar métodos de abordagem.

²⁵ Cf. Manuel Viegas Guerreiro, “Carta de F. Adolfo Coelho (1847-1919) a J. Leite de Vasconcelos (1858-1941)”, http://www.fl.ul.pt/unidades/centros/ctp/lusitana/rlus_ns/rlns01/rlns01_p124.pdf.





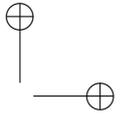
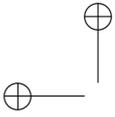
António dos Santos Pereira nasceu, em 1954, em Sobral de S. Miguel, freguesia do concelho da Covilhã. Foi aluno da Universidade Católica Portuguesa, onde completou o 5.º ano de Teologia, e da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa onde se licenciou em História, em 1981, e defendeu tese de doutoramento com distinção e louvor em 1995. Dez anos depois, mereceu a aprovação por unanimidade em provas de agregação na Universidade da Beira Interior, onde é Professor Catedrático desde 2008. Iniciou a sua carreira docente em 1976, ensinando Literatura Portuguesa, no Liceu D. João de Castro, em Lisboa. Durante seis anos, leccionou na Universidade dos Açores (1981-1987), tendo ali publicado, entre outras obras, o primeiro volume da Colecção de Fontes para a História dos Açores, *Verações de Velas (S. Jorge 1559-1570-1571)*, em 1984, e *A Ilha de S. Jorge (Séculos XV-XVII)*, em 1987. Há vinte e cinco anos, ensina na Universidade da Beira Interior (1987-2012). Assumiu a regência das unidades curriculares de Paleografia e Diplomática, História Económica e Social, História das Doutrinas Económicas e Sociais, História da Cultura Portuguesa, História Portuguesa e Mundial, História da Imprensa Regional, Temas Aprofundados de Literatura e Cultura e outras em licenciaturas, mestrados e doutoramentos.

Além de colaboração dispersa na imprensa periódica, leva publicados cerca de oito dezenas de títulos, entre livros, capítulos e artigos científicos. A história de Portugal no seu conjunto, durante o período áureo dos descobrimentos, mereceu-lhe alguns estudos, entre os quais, *Portugal. O Império Urgente*, em dois volumes, editado pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda e um artigo/síntese *online* com o título *The Urgent Empire: Portugal between 1475 and 1525*. O aprofundamento desta linha de investigação fê-lo integrar o CHAM – Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa em 1999. O estudo dos factores do desenvolvimento, a história regional e local, os nacionalismos, Camões e a identidade nacional, o iberismo, as livrarias antigas, os

autores clássicos, a implantação e o evoluir do regime liberal e a história da imprensa periódica, diversificam as temáticas das suas publicações de que destaca obras editadas com o apoio da Fundação para Ciência e a Tecnologia *Portugal Descoberto*, vol. I: *Cultura Medieval e Moderna* e vol. II: *Cultura Contemporânea e Pós-Moderna*, com cerca de 850 páginas, em 2008, e *Portugal Adentro: do Douro ao Tejo. O Milénio Beirão*, em 2009, com 622 páginas. Como Director do Centro de Estudos Sociais da UBI, iniciou o projecto que levou à edição de *Regionalização: Textos Oportunos* em 1998 e de *O Parlamento e a Imprensa Periódica Beirã em Tempos de Crise (1851-1926)*, em 2002. Os estudos da Identidade Portuguesa tiveram a sua última expressão na obra *Representações da Portugalidade*, no âmbito de projecto da Faculdade de Artes e Letras da UBI, em cuja coordenação colaborou, editada em 2011, ano em que também mereceu o *Prémio de Mérito Científico Universidade da Beira Interior/Santander, na área das Letras*

Esteve presente em cerca de uma centena de júris de actos académicos de mestrado, doutoramento, agregação e nomeação definitiva e de concursos de professores associados e catedráticos e orientou mais de três dezenas de projectos de pós-doutoramento, doutoramento e mestrado, concluídos com sucesso. Fez ainda parte do painel de avaliação das bolsas de pós-doutoramento e doutoramento na área das Ciências da Comunicação e Informação da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), entre 2007 a 2010.

Actualmente, exerce as funções de presidente do Departamento de Letras por eleição dos seus pares e de Director do Museu de Lanifícios – Centro de Documentação Arquivo Histórico, por convite do Magnífico Reitor da Universidade da Beira Interior desde o verão de 2011, e dirige a revista *UBILETRAS* de que é fundador.



Esta publicação foi financiada por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto “Projecto Estratégico – UI 77 – 2011-2012”

